

**ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO FRENTE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE: REVISÃO
INTEGRATIVA**

**ROLE OF THE NURSE IN FACE OF DOMESTIC VIOLENCE
AGAINST CHILDREN AND ADOLESCENTS: INTEGRATIVE
REVIEW**

**AUGUSTO CEZAR ANTUNES DE ARAUJO FILHO¹, ANNA KAROLINA LAGES
DE ARAÚJO², ANA DULCE AMORIM SANTOS SOARES³, MÁRCIA TELES DE
OLIVEIRA GOUVEIA⁴, SILVANA SANTIAGO DA ROCHA⁵**

¹Enfermeiro, graduado pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mestrando em Enfermagem pela UFPI. Bolsista CAPES.

²Enfermeira, graduada pela UFPI. Mestranda em Enfermagem pela UFPI.

³Acadêmica do curso de enfermagem da UFPI.

⁴Enfermeira. Doutora em Enfermagem Fundamental pela Universidade de São Paulo - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto. Docente do curso de enfermagem e do Programa de Pós-Graduação Em Enfermagem da Universidade Federal do Piauí.

⁵Enfermeira. Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - Escola de Enfermagem Anna Nery. Docente do curso de enfermagem e do Programa de Pós-Graduação Em Enfermagem da Universidade Federal do Piauí.

Endereço para correspondência: Universidade Federal do Piauí (UFPI). Departamento de Enfermagem, Bloco 12, CEP 64049-550, Teresina - Piauí. Fone (86) 3215-5558. Email: araujoaugusto@hotmail.com

RESUMO

Objetivou-se analisar a assistência de enfermagem à criança e ao adolescente no contexto da violência doméstica. A revisão integrativa foi norteadada pela questão “Como os enfermeiros enfrentam a violência doméstica contra a criança e o adolescente?”. Os estudos foram coletados nas bases de dados da LILACS, PUBMED e BDENF, com a delimitação temporal de janeiro a setembro de 2014. Foram selecionados sete estudos. A abordagem qualitativa foi predominante, expondo a dificuldade de rastreamento e notificação dos enfermeiros perante aos casos. A atuação dos profissionais de saúde está relacionada às suas compreensões sobre a temática. A

atuação do enfermeiro encontra-se limitada. Evidencia-se a importância da abordagem multiprofissional, bem como o desenvolvimento de atividades de educação em saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Violência doméstica. Saúde da criança. Promoção da saúde. Enfermagem.

ABSTRACT

The objective was analyzing nursing care to children and adolescents in the context of domestic violence. The integrative review was guided by the question "How nurses face domestic violence against the child and teenager?". The studies were collected in the databases of LILACS, PUBMED and BDNF, with temporal delimitation from January to September 2014. There were selected seven studies. The qualitative approach was prevalent, exposing the difficulty of tracing and notification of nurses in those cases. The role of health professionals is related to their understandings about the subject. The role of the nurse is limited. It highlights the importance of the multidisciplinary approach, as well as the development of health education activities.

KEYWORDS: Domestic violence. Child health. Health promotion. Nursing.

INTRODUÇÃO

A violência, tanto como termo, quanto como tema, é complexa, polissêmica e controversa. Encontra-se alastrada, em suas diferentes formas, por toda a contextura social, ou seja, enraizada nas relações sociais, sendo um fenômeno que se estabelece por inúmeros fatores e que atinge a realidade familiar, compondo, na atualidade, uma grande ameaça à vida, configurando-se como um grave problema de saúde pública (APOSTÓLICO; HINO; EGRY, 2013; ZANELATTO *et al.*, 2012; ALGERI; SOUSA, 2006).

A violência familiar é considerada como toda atitude que prejudique o bem-estar ou a integridade física e psicológica de qualquer membro da família, podendo ser cometida no contexto domiciliar ou fora dele, por membros com funções parentais mesmo que não haja laço consanguíneo (BEZERRA; MONTEIRO, 2012). Atualmente, se institui como a maior causa de morte de jovens entre 5 e 19 anos. No Brasil, é possível estimar que, aproximadamente, 600 mil crianças e adolescentes são vítimas das diversas formas de violência doméstica, o que representa 68 por hora ou 1 por minuto (SARAIVA *et al.*, 2012; GABATZ *et al.*, 2010).

Crianças e adolescentes tornam-se as principais vítimas desta problemática devido à

sua vulnerabilidade, pois encontram-se em um período específico de crescimento e desenvolvimento, onde a maioria dos casos de violência envolvendo essa população ocorre no núcleo familiar (CARLOS *et al.*, 2013; SARAIVA *et al.*, 2012). Por muitos anos, essa realidade foi tratada como um problema estritamente doméstico, o qual foi sustentado pela sociedade como tal. Diante disso, a violência intrafamiliar foi, e continua sendo justificada, de forma generalizada, como modos de educar e até de confirmar carinho e afeto (GABATZ *et al.*, 2010; ZANELATTO *et al.*, 2012).

Nos serviços de saúde, as representações da violência são claramente compreendidas, seja pelo alto gasto ou pela complexidade do atendimento que tal agravo produz aos cofres públicos. Assim, esse setor possui uma relevante função no enfrentamento da violência familiar, no entanto, os profissionais de saúde tendem a não dar tanta importância a esse fenômeno, e voltam sua atenção apenas às lesões físicas, dificilmente visando a prevenção ou o diagnóstico da origem das injúrias. Tal fato pode ter associação com a falta de preparo dos profissionais, ou meramente, pelo fato de não quererem envolver-se com os casos (SALIBA *et al.*, 2007).

Diante disso, este estudo objetiva analisar a assistência de enfermagem à criança e ao adolescente no contexto da violência doméstica.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo do tipo revisão integrativa (RI). A construção da revisão baseou-se nas seguintes etapas: 1) Elaboração da questão de pesquisa; 2) Busca na literatura dos estudos primários; 3) Extração de dados dos estudos primários; 4) Avaliação dos estudos primários a serem incluídos na revisão; 5) Análise e síntese dos resultados da revisão e 6) Apresentação da revisão (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

A questão norteadora da revisão foi: Como os enfermeiros enfrentam a violência doméstica contra a criança e o adolescente?

A busca dos estudos primários foi realizada nas bases de dados da *National Library of Medicine National Institutes of Health* (PubMed), da Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e na Base de Dados de Enfermagem (BDENF). Para realizar a busca, os descritores controlados foram delimitados de acordo com cada base de dados e os descritores não-controlados foram estabelecidos de acordo com leituras prévias sobre o tópico de interesse. Após isso, esses descritores foram combinados de diferentes formas com objetivo de estabelecer uma busca ampla nas bases escolhidas. Na base de dados PubMed utilizou-se e combinou-se os descritores controlados, da seguinte forma: *domestic violence*,

children, nursing. Para as bases LILACS e BDNF os descritores controlados e não-controlados, foram: violência doméstica, criança, infantil, enfermeiro e enfermagem. Tais descritores foram combinados da seguinte forma: “violência doméstica, criança, enfermeiro”; “violência doméstica, criança, enfermagem”; “violência doméstica, infantil, enfermeiro” e, por fim, “violência doméstica, infantil, enfermagem”.

Foram incluídos estudos primários que abordavam a temática; que encontravam-se completos e disponíveis de forma gratuita *online*, publicados em inglês, português ou espanhol, no período de janeiro de 2004 a setembro de 2014. Houve a exclusão de todos os estudos secundários, ou seja, as revisões, sendo elas de literatura, integrativas ou sistemáticas, e ainda, a eliminação de livros, resumos, editoriais, teses e dissertações.

A busca dos estudos primários ocorreu no mês de setembro de 2014, tendo sido realizada por dois dos autores do estudo. Foi realizada de maneira independente a extração das ideias mais relevantes dos dados dos estudos primários, após leitura extenuante do material. A análise dos resultados ocorreu de maneira descritiva, incluindo uma síntese de cada estudo presente na revisão, realizando-se, em seguida, comparações sobre diferenças e semelhanças dos estudos. A revisão comporta sete estudos primários, os quais todos foram publicados em português.

RESULTADOS

Dos artigos incluídos nesta revisão, verificou-se que grande parte foi publicada no ano de 2012 e 2013 (42,9%), onde verifica-se a intensificação dos estudos nessa temática, visto que ocorreu o crescimento de publicações na última década. Houve predominância de artigos publicados em periódicos de qualis A1 e A2 (57,1%), apenas um publicado em periódico B1 (14,3%) e dois em periódicos de qualis B2 (28,6%). Em relação à abordagem metodológica, grande parte dos estudos utilizou a qualitativa (71,4%), em que houve predomínio do tipo descritivo e exploratório (42,9%), apenas uma pesquisa adotou a quantitativa e um não apresentava o tipo de estudo (TABELA 1).

Tabela 1. Caracterização dos estudos. Teresina, Piauí, Brasil, 2014.

Título	Autores; Ano	Delineamento do estudo	Periódico / Qualis
As possibilidades de enfrentamento da violência infantil na consulta de enfermagem sistematizada	Apostólico MR, Hino P, Egry EY; 2013	Estudo descritivo, com abordagem qualitativa e do tipo de estudo de caso	Rev. Esc. Enferm. USP / Qualis A2
Violência intrafamiliar contra a criança: intervenção de enfermeiros da Estratégia Saúde da Família	Bezerra KP, Monteiro AI; 2012	Estudo exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa	Rev. Rene / Qualis B2
Responsabilidade do profissional de saúde sobre a notificação de casos de violência doméstica	Saliba O, Garbin CAS, Garbin AJI, Dossi AP; 2007	(-)	Rev. Saúde Pública / Qualis A2
A notificação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes na percepção dos profissionais de saúde	Silva PA, Lunardi VL, Silva MRS, Lunardi Filho WDL; 2009	Estudo exploratório, descritivo, com abordagem qualitativa	Ciênc. Cuid. Saúde / Qualis B2
Concepções de profissionais de saúde sobre a violência intrafamiliar contra a criança e o adolescente	Nunes CB, Sarti CA, Ohara CVS; 2008	Estudo com abordagem qualitativa	Rev. Latino-am Enfermagem / Qualis A1
Abordagem dos casos de violência à criança pela enfermagem na atenção básica	Aragão AS, Ferriani MGC, Vendruscollo TS, Souza SL, Gomes R; 2013	Estudo com abordagem qualitativa	Rev. Latino-am Enfermagem / Qualis A1
Condutas adotadas pelos profissionais de saúde com crianças hospitalizadas vítimas de violência	Lima PD, Farias GM; 2008	Estudo exploratório, descritivo, com abordagem quantitativa	Rev. Eletr. Enf / Qualis B1

Legenda: (-): não apresenta tipo de estudo.

O estudo desenvolvido, no Paraná, teve por objetivo identificar os limites e possibilidades da Classificação Internacional das Práticas de Enfermagem em Saúde Coletiva (CIPESC[®]) na consulta de enfermagem com crianças vítimas de violência doméstica. Os participantes foram 15 enfermeiros da atenção básica, que contribuiriam através de questionário. Os resultados evidenciaram que existe uma fragilidade na nomenclatura CIPESC[®], onde o reconhecimento das vulnerabilidades e necessidades que envolvem a violência, ou seja, sua perspectiva ampla, dialética e baseada na realidade objetiva não foi visualizada pelos enfermeiros, o que prejudica na intervenção (APOSTÓLICO; HINO; EGRY, 2013).

O objetivo proposto por uma pesquisa efetivada no Rio Grande do Norte foi analisar a atuação dos enfermeiros da estratégia Saúde da Família (eSF) frente à violência intrafamiliar contra a criança, com vistas a identificar ações de prevenção. Com uma amostra composta por 14 enfermeiros da eSF, os dados foram coletados utilizando-se um questionário semiestruturado. Os resultados demonstraram que são desenvolvidas atividades de educação em saúde somente após a detecção de casos. As dificuldades no enfrentamento foram mencionadas, como o medo de sofrer represálias por parte dos agressores, a sobrecarga de trabalho, a falta de apoio dos gestores e a concretização de maneira dificultada da interdisciplinaridade, intersetorialidade e integralidade da atenção (BEZERRA; MONTEIRO, 2012).

Em pesquisa paulista que objetivou verificar a responsabilidade dos profissionais de saúde em notificar a violência, especialmente a doméstica e as possíveis implicações legais e éticas que os profissionais estão sujeitos. Nos resultados os pesquisadores afirmam quanto à legislação, que as sanções estão dispostas na Lei das Contravenções Penais e no Estatuto da Criança e Adolescente, e que, existem penalidades previstas no código de ética da enfermagem (SALIBA *et al.*, 2007).

Objetivando conhecer a percepção dos profissionais de um hospital universitário, em relação à notificação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes, utilizou-se a modalidade de entrevista semiestruturada, enfocando a importância da sua notificação, os procedimentos adotados pelos profissionais em relação à notificação, as estratégias para o enfrentamento da violência, bem como as dificuldades enfrentadas neste processo. Constatou-se que apesar de considerarem a notificação importante e entenderem como um dever inerente à sua profissão, ainda são reduzidas as notificações, o que pode estar relacionado às implicações envolvidas neste ato e à falta de protocolos que oriente e respalde a ação profissional (SILVA *et al.*, 2009).

Uma pesquisa, realizada no estado de São Paulo, que teve como objetivo compreender as concepções que os profissionais de saúde possuem sobre a violência intrafamiliar contra a criança e o adolescente. Os participantes eram profissionais de uma Unidade de Saúde da Família e evidenciou-se que os profissionais de saúde formulam pré-concepções da violência, constata-se as dificuldades para compreender a violência no contexto em que tem significado e para reconhecê-la como consequência de dinâmica relacional complexa por parte dos profissionais de saúde (NUNES; SARTI; OHARA, 2008).

O objetivo, de um estudo mineiro, foi analisar como casos de violência contra crianças e adolescentes são abordados pela enfermagem, na atenção básica, identificando limites e possibilidades para lidar com os casos. Amostra formada por oito enfermeiros, cujos dados foram coletados através de entrevista semiestruturada. Os resultados destacaram que a violência não foi identificada como um problema que deve ser encarado pelo enfermeiro, e que somente denúncias e notificações são tomadas como função do enfermeiro. Evidenciaram ainda limites relacionados à falta de preparo desses profissionais frente a essas situações e a denúncia como comprometimento da relação profissional/comunidade (ARAGÃO *et al.*, 2013).

No estado de Roraima, uma pesquisa exploratória descritiva, com abordagem quantitativa, realizada com 235 profissionais de saúde, teve como objetivos: conhecer os tipos de violência identificados pelos profissionais de saúde nos casos confirmados ou suspeitos de crianças hospitalizadas; identificar as condutas adotadas pelos profissionais e identificar os profissionais que mais ajudaram a tomar as decisões nas condutas adotadas. Os resultados demonstraram os principais tipos de violência: físicas (29%) e a negligência (25,8%). Em relação à suspeita ou confirmação de casos de violência, os enfermeiros foram informados por 25,8% dos profissionais e 20,3% informaram ao serviço social. O enfermeiro, nesta pesquisa, não aparece como um dos que mais colaborou na tomada de decisão, no que se diz respeito às condutas adotadas nos casos confirmados ou suspeitos (LIMA; FARIAS, 2008).

DISCUSSÃO

Atuação dos enfermeiros frente à violência doméstica

A atuação dos profissionais de saúde frente à violência intrafamiliar está relacionada às suas compreensões sobre a temática, as quais podem ser diferentes da concepção das famílias ou de outros setores atrelados ao atendimento às famílias (NUNES; SARTI; OHARA, 2008).

Em estudo, realizado no Rio Grande do Norte, identificou-se que o trabalho específico realizado pelo enfermeiro, frente às situações de violência intrafamiliar contra a criança, possui um modo coordenador de ações, em articulação com a equipe, descentralizando a intervenção (MONTEIRO; BEZERRA, 2012). A intersetorialidade foi apontada, no Paraná, como uma das maneiras de enfrentamento da violência. Por ser uma atitude complexa, o enfrentamento da violência contra a criança e adolescente requer uma abordagem multiprofissional (APOSTÓLICO; HINO; EGRY, 2013; SILVA *et al.*, 2009).

Entretanto, alguns profissionais conversam entre si, em situação de suspeita, isoladamente e de maneira desarticulada. O atendimento dos casos por uma equipe assessora, integrada à capacitação dos profissionais, poderia proporcionar a abordagem, investigação, diagnóstico, além de atender e encaminhar os casos com respaldo institucional, e não, somente, atuar desenvolvendo ações individualizadas e fragmentadas (SILVA *et al.*, 2009).

Uma pesquisa, realizada em Minas Gerais, revelou que as ações de enfrentamento, dos enfermeiros, se restringem a notificações e/ou encaminhamentos aos médicos, aos integrantes dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), como psicólogo e assistente social, aos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e ao Conselho Tutelar (ARAGÃO *et al.*, 2013). Assim como, em um estudo do Sul do Brasil, onde a prática adotada pelos profissionais de saúde é, dependendo do caso, notificar ao Conselho Tutelar casos de suspeita ou de confirmação de violência contra a criança e o adolescente. A notificação ainda é referida como uma estratégia utilizada na tentativa de romper com a violência, uma forma de ajuda e proteção à criança e ao adolescente, assim como à família (SILVA *et al.*, 2009).

Os enfermeiros agem, de acordo com o Código de Ética de Enfermagem, quando notificam, encaminham e denunciam, visto que esse instrumento os proíbe de “provocar, cooperar, ser conivente ou omissos com qualquer forma de violência”. Além disso, agem conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que os inclui no conjunto de profissionais que devem notificar quando suspeitam ou identificam casos de violência (ARAGÃO *et al.*, 2013; SALIBA *et al.*, 2007).

Os achados, de uma pesquisa do nordeste do Brasil, revelam que só são realizadas, na comunidade pelas equipes de Saúde da Família, ações de prevenção da violência intrafamiliar contra a criança após a confirmação de casos. Diante disso, pode-se observar a ausência de um trabalho contínuo na prevenção das situações de violência. Por isso, tal realidade remete a necessidade de mudança nas abordagens empregadas cotidianamente nos serviços de saúde, que tendem a uma visão assistencialista, fundamentada em práticas curativas (BEZERRA; MONTEIRO, 2012).

Neste sentido, é importante fazer uso de palestras educativas, com a capacidade de gerar a participação de forma ativa da comunidade que é protagonista da discussão e problematização da realidade vivenciada, proporcionando informação. Além disso, grupos de auto-ajuda, visando não somente prevenir e minimizar os casos de violência contra a criança, mas as consequências físicas e psicológicas dela. Afinal, estimular coletivamente o aprendizado e a investigação como forma de promover a capacidade crítica sobre a realidade,

buscando trabalhar pedagogicamente o homem e os grupos envolvidos no processo de participação popular (LIMA; FARIAS, 2008; MONTEIRO; BEZERRA, 2012).

Para tornar a violência intrafamiliar contra a criança e o adolescente visível, é necessário que os profissionais de saúde tenham um “novo olhar” para a situação. Além de pensar a violência dentro de um contexto, ou seja, reconhecer a violência como uma dinâmica relacional complexa, tornando-se importante problema social que tem repercussões na forma de agravos à saúde (NUNES; SARTI; OHARA, 2008).

Dificuldades enfrentadas por enfermeiros para intervenção frente à violência

Uma das principais dificuldades identificadas pelos enfermeiros para a intervenção foi o despreparo para exercer ações frente ao problema em questão, ou seja, lacunas da formação desse profissional (ARAGÃO *et al.*, 2013). A falta de capacitação dos profissionais para trabalharem frente à violência intrafamiliar contra a criança (BEZERRA; MONTEIRO, 2012). Neste sentido, os próprios profissionais referiram a necessidade da participação da equipe em cursos de formação/capacitação sobre a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes (APOSTÓLICO; HINO; EGRY, 2013).

Além disso, a ausência de um protocolo específico que oriente a atuação dos profissionais em situações de violência contra a criança e o adolescente, foi identificada, também, como uma dificuldade, onde a ausência desse tipo organizacional compete para a dispersão de decisões, o que tem contribuído para a insegurança e o medo em relação à possibilidade de consequências e implicações legais associadas e por manifestações dos agressores, para o denunciante (SILVA *et al.*, 2009).

O medo e a insegurança para intervir frente ao problema permeiam o dia-a-dia dos enfermeiros, e estes sentimentos podem contribuir para que as situações de violência se legitimem, já que sentindo-se expostos ao agressor, os profissionais intervêm de forma discreta e inespecífica, não dispensando a atenção necessária aos casos detectados e à prevenção de reincidência (BEZERRA; MONTEIRO, 2012).

Os enfermeiros associaram, de forma recorrente, o problema à competência de outros profissionais da equipe ou fora dela (ARAGÃO *et al.*, 2013). Assim como em pesquisa paranaense, onde os enfermeiros sugeriram que outros profissionais, instituições, órgãos públicos e os pais sejam os sujeitos sociais responsáveis por atender as necessidades identificadas, ou seja, os enfermeiros não se posicionaram como atores sociais para enfrentar essas necessidades (APOSTÓLICO; HINO; EGRY, 2013).

Talvez isso tenha associação com a carga de trabalho, que foi mencionada como problema que interpõe o desenvolvimento de ações para a prevenção da violência intrafamiliar contra a criança, onde as condições de trabalho, na saúde, geram, muitas vezes, uma assistência mecanizada (BEZERRA; MONTEIRO, 2012).

O reconhecimento da responsabilidade das instituições, em sua totalidade, associado à responsabilidade dos profissionais, mediante a construção de estratégias que contribuam para a redução ou ruptura da violência, visam o enfrentamento das dificuldades de atuação diante da violência contra crianças e adolescentes (SILVA *et al.*, 2009). Os enfermeiros mencionam como barreira para atuação, também, a inexistência da transdisciplinaridade e intersetorialidade, pois entendem que a colaboração dos vários setores da sociedade civil, como: educação, serviço social, poder executivo, legislativo, judiciário, é fundamental para a eliminação da violência contra a criança, uma vez que a violência se dá de diversas formas e em diferentes graus (BEZERRA; MONTEIRO, 2012).

CONCLUSÃO

Diante da análise dos estudos primários foi possível observar que a atuação do enfermeiro encontra-se ainda muito limitada à notificação e denúncia dos casos, entretanto, verifica-se que é necessário o desenvolvimento de atividades de educação em saúde, buscando envolver a sociedade civil, visando a diminuição desses casos de violência contra a criança.

Ressalta-se a importância da capacitação dos profissionais de enfermagem e criação de grupos de estudos e debates acerca do tema violência contra criança, visando a prestação de um atendimento adequado à criança na situação de violência. Além disso, a incorporação desta temática deve ocorrer precocemente, na formação dos profissionais, propiciando que estes aprendam a lidar com estas situações no seu cotidiano.

Evidencia-se ainda a necessidade da realização de mais estudos que abordem a temática da violência contra a criança e o adolescente, visando conhecer os pontos que facilitam e dificultam a atuação dos profissionais frente a essa situação.

REFERÊNCIAS

1. APOSTÓLICO, M.R.; HINO, P.; EGRY, E.Y. As possibilidades de enfrentamento da violência infantil na consulta de enfermagem sistematizada. **Rev. esc. enferm. USP**. São Paulo, v. 47, n. 2, apr. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v47n2/07.pdf>
2. ZANELATTO, P.F. *et al.*. Violência contra crianças e adolescentes: significados e atitudes por equipes da estratégia saúde da família. **Cienc. enferm.** Concepción, v. 18, n. 2, ago. 2012. Disponível em: http://www.scielo.cl/pdf/cienf/v18n2/art_05.pdf

3. ALGERI, S.; SOUZA, L.M. Violência contra crianças e adolescentes: um desafio no cotidiano da equipe de Enfermagem. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**. Ribeirão Preto, v.14, n.4, p.625-631, ago. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v14n4/pt_v14n4a23.pdf
4. BEZERRA, K.P.; MONTEIRO, A.I. Violência intrafamiliar contra a criança: intervenção de enfermeiros da estratégia saúde da família. **Rev. Rene**. Fortaleza, v.13, n.2, p. 354-64, 2012. Disponível em: <http://www.revistarene.ufc.br/revista/index.php/revista/article/view/219/pdf>
5. SARAIVA, R.J. *et al.* Qualificação do enfermeiro no cuidado a vítimas de violência doméstica infantil. **Cienc. enferm**. Concepción, v.18, n.1, p.17-27, abr. 2012. Disponível em: http://www.scielo.cl/pdf/cienf/v18n1/art_03.pdf
6. GABATZ, R.I.B. *et al.* O significado de cuidado para crianças vítimas de violência intrafamiliar. **Esc. Anna Nery Rev. Enferm**. Rio de Janeiro, v.14, n.1, p.135-142, jan-mar. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ean/v14n1/v14n1a20.pdf>
7. CARLOS, D.M. *et al.* O acolhimento institucional como proteção a adolescentes vítimas de violência doméstica: teoria ou prática?. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**. Ribeirão Preto, v.21, n.2, p.579-585, abr. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v21n2/pt_0104-1169-rlae-21-02-0579.pdf
8. SALIBA, O. *et al.* Responsabilidade do profissional de saúde sobre a notificação de casos de violência doméstica. **Rev. Saúde Pública**. São Paulo, v.41, n.3, p.472-477, jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v41n3/5805.pdf>
9. MENDES, K.D.S.; SILVEIRA, R.C.C.P.; GALVÃO, C.M. Revisão Integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto contexto - enferm**. Florianópolis, v.17, n.4, p. 758-764, dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v17n4/18.pdf>
10. SILVA, P.A. *et al.* A notificação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes na percepção dos profissionais de saúde. **Ciênc. Cuid. Saúde**. Maringá, v.8, n.1, p. 56-62, jan-mar. 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/7774/4409>
11. NUNES, C.B.; SARTI, C.A.; OHARA, C.V.S. Concepções de profissionais de saúde sobre a violência intrafamiliar contra a criança e o adolescente. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**. Ribeirão Preto, v.16, n.1, p. 136-141, jan-fev. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v16n1/pt_20.pdf

12. ARAGÃO, A.S. *et al.*. Abordagem dos casos de violência à criança pela enfermagem, na atenção básica. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**. Ribeirão Preto, v.21, n. spe, 07 telas, fev. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v21nspe/pt_22.pdf

2013. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v21nspe/pt_22.pdf

13. LIMA, P.D.; FARIAS, G.M. Conduas adotadas pelos profissionais de saúde com crianças hospitalizadas vítimas de violência. **Rev. Eletr. Enf.** Goiânia, v.10, n.3, p. 643-653, 2008.

Disponível em: <http://www.fen.ufg.br/revista/v10/n3/v10n3a10.htm>